

humanitas

Vol. XLIII-XLIV

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XLIII-XLIV

HUMANISMO PORTUGUÊS
NA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS

CONGRESSO INTERNACIONAL
(Coimbra, 9 a 12 de Outubro de 1991)

ACTAS



COIMBRA

MCMXCI - MCMXCII

OS HUMANISTAS E A DIVULGAÇÃO DOS DESCOBRIMENTOS

AMÉRICO DA COSTA RAMALHO

A Literatura em latim é contemporânea da Expansão Portuguesa. Logo a conquista de Ceuta em 1415 foi objecto de uma crónica em latim da autoria de um italiano da corte de D.Afonso V, chamado Mateo de Pisano que a si mesmo, no título do seu livro, se qualificou de *artium magistrum poetamque laureatum*, "mestre em Artes e poeta laureado". O *Gesta Illustrissimi Regis Ioannis De Bello Septensi* só foi publicado no século XVIII e traduzido no presente século, em 1915, como parte das celebrações do quinto centenário da conquista de Ceuta pelos portugueses.

O segundo documento literário da Expansão Portuguesa, em latim, é de 1481, e obra de um português, mas um português que estudara em Itália, o bispo de Évora, D. Garcia de Meneses. Comandando uma esquadra que ia em socorro de Otranto, no sul de Itália, cidade tomada pelos turcos, D.Garcia deteve-se em Roma onde fez um discurso ao papa Sisto IV. É uma oração que surpreende, pela qualidade do latim, do melhor nível humanístico. Sei do que falo, porque traduzi a *oratio* do bispo português no meu livro *Latim Renascentista em Portugal*.

D. Garcia de Meneses recorda ao papa Sisto IV, as circunstâncias em que a armada que comandava foi enviada para os mares de Itália:

"Recebida a vossa mensagem, e embora a maioria das cidades marítimas da Lusitânia, Lisboa em primeiro lugar, estivesse a braços com a peste, quanto mais difícil a empresa se tornava, tanto maior foi a decisão e a diligencia postas pelo excelente Rei em munir a armada, por forma tal que na sua preparação nada foi omitido que devesse fazer-se ou pensar-se. Deu a sua ajuda e indústria o excelso Príncipe e ambos encheram a armada, não de mercenários mas de varões notáveis por família, educação e virtude, homens de cuja insigne colaboração eles se têm valido frequentemente na terra e no mar, e tenho esperanças de que Vossa Santidade há-de também valer-se quando for necessário.

Aqui tendes, pois, a oferta que solicitastes, Pai Santíssimo, oferta pre-

ciosa, se não pela sua grandeza, ao menos pela qualidade e pela distância do País e pela boa vontade do Rei."⁽¹⁾

O Excelso Príncipe, cuja indústria D. Garcia de Meneses proclama, D. João, era já rei, há três dias, sem que o bispo o soubesse, quando pronunciou o seu discurso. Com efeito, D. Afonso V acabava de falecer em 28 de Agosto de 1481 e o discurso em Roma foi pronunciado em 31 de Agosto. Três anos mais tarde, D. João II fará morrer D. Garcia na cisterna do castelo de Palmela, por ter conspirado contra a realza.

Mas perante Sisto IV, o bispo pôde falar com eloquência e orgulho dos feitos do rei D. Afonso V e do seu promissor filho D. João, nas campanhas que o pai conduziu no Norte de África, e na colaboração que o filho lhe deu na conquista de Arzila e Tânger, apesar dos seus dezasseis anos.

E D. Garcia evoca dramaticamente a participação que a sua própria família tivera nessas campanhas de África que constituíam um golpe no poderio muçulmano, aliado dos turcos que então ameaçavam a Europa:

"Não direi agora quantas e quão nobres vitórias sobre os violentos infiéis conseguiram os comandantes dos nossos exércitos, em quase setenta anos contínuos, quantas vezes venceram em batalha campal não apenas os magnates dos Mauritanos mas os seus próprios reis. Não que tudo isto não seja digno de memória eterna, mas para não parecer que, com arrogância, pretendo exaltar a minha própria família. É que foi o conde D. Pedro, meu avô paterno, o primeiro governador de Ceuta, meu pai, Duarte, o de Alcácer, Henrique, meu irmão, o de Arzila. Dos quais meu avô, depois de uma longa velhice, pagou tributo à natureza, meu pai e meu irmão, por vontade de Deus, após muitas e muito ilustres vitórias sobre aquele gentio, encontraram virilmente a morte, lutando pela fé."⁽²⁾

Prosseguindo no seu discurso, D. Garcia de Meneses recorda ao papa que é, graças aos portugueses, que o poderio turco não atacou ainda a Europa, a partir do reino de Granada, seu aliado. Se o Ocidente europeu está seguro, se as esperanças existem, bem fundadas, de que Granada virá a ser vencida, é porque a ocupação de praças e portos do Norte de África pelos portugueses impede a passagem de socorros para Granada, passagem quase impossível com as esquadras portuguesas que continuamente cruzam as águas de Gibraltar.

E D. Garcia exorta o papa Sisto IV à grande empresa dos europeus contra o

(1) Américo da Costa Ramalho, *Latim Renascentista em Portugal (Antologia)*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (I.N.I.C.), 1985, p. 4-5.

(2) *Ibidem*, p. 16-19.

perigo turco. Esclarece de que modo, com as aptidões peculiares aos povos cristãos da Europa, cada um deles pode participar na cruzada, italianos, espanhóis, britanos, germanos, panónios, com as suas infantaria e cavalaria, os franceses com a artilharia, e os portugueses com os seus navios, se for preciso combater no mar, ou com os soldados de África em terra:

"Aqui será da maior importância o emprego das naus portuguesas, e não tenho pejo de as mencionar, porque a sua robustez é muito maior que a das trirremes turcas e lhes são largamente superiores, em agilidade e rapidez, com qualquer vento que seja. Junta-se a tudo isto a perícia militar, quase incrível, dos nossos, e a sua prática contínua da guerra, graças à qual somente, muitas vezes forças exíguas dispersaram os maiores exércitos e, sendo medianamente fortes, exterminaram os povos mais ferozes."⁽³⁾

O discurso de D. Garcia de Meneses que causou grande impressão na audiência da corte pontifícia, como muitos anos mais tarde recordava Gaspar Barreiros, foi imediatamente impresso em Roma e circulou largamente, em mais do que uma impressão.

Otranto não chegou a ser socorrida, porque, entretanto, os turcos a abandonaram, mas do acontecimento ficou-nos uma *oratio* de incontestável interesse político e cultural.

Outras *orationes* de portugueses em Roma, e perante o Papa, pertencem ao género chamado de *orações de obediência*, e possuímos hoje uma reimpressão de 1988, promovida pelo Professor Martim de Albuquerque⁽⁴⁾, que as prefaciou e comentou, com tradução do Dr. Miguel de Meneses.

O processo corrente das *orações de obediência* era o seguinte: sempre que um soberano subia ao trono ou mudava o papa, era enviada uma embaixada a Roma com um orador escolhido que falava perante o Pontífice, os cardeais, os embaixadores dos outros países, na língua internacional do tempo. A oração de obediência expunha os problemas, os pontos de vista em matéria de política internacional e fazia o elogio do soberano, cidade independente, como várias da Itália, ou país, que enviara a embaixada. Um dos tópicos habituais era a apresentação dos serviços que esse país ou soberano prestara à Cristandade. Neste aspecto, a oração de D. Garcia de Meneses, que não é uma oração de obediência, aproxima-se do modelo tradicional das orações de obediência.

(3) *Ibidem*, p. 22-23.

(4) *Orações de Obediência, Séculos XV a XVI*. Lisboa, Edições Inapa, 1988, 10 opúsculos.

Para me não deter neste ponto, mencionarei apenas a *oratio* de Vasco Fernandes de Lucena, sem dúvida a mais estudada de quantas foram proferidas na série de peças deste género que chegou até nós. Lucena historia a longa série de combates contra o inimigo tradicional da Cristandade e mostra como Portugal nasceu da expulsão do invasor Mouro da Península Ibérica. Chega assim ao reinado de D. João II e refere as viagens de exploração da costa africana feitas até ao momento em que falava, no ano seguinte à elevação ao trono pontifical do papa Inocêncio VIII, em 1484. O orador português anuncia para breve a passagem do Promontório Prasso e a entrada naquilo a que hoje chamamos o Oceano Índico. Isto, em 1485. Como se sabe, tal só aconteceria três anos depois, com Bartolomeu Dias.

D. João II, que não deve ter gostado deste engano, assim exposto no palco da Europa que era a Roma pontifícia, deixou cair no esquecimento o responsável, o navegador Diogo Cão, de quem não mais se ouve falar.

Sobre as orações de obediência, pronunciadas pelo humanista português Aquiles Estação, já no final do século XVI, em nome do rei de Portugal, sairá em breve o livro do Mestre Belmiro Fernandes Pereira. Contém mais uma do que as já traduzidas e comentadas na obra do Prof. Martim de Albuquerque.

Voltemos, porém, a 1485, onde tínhamos ficado com a oração de obediência de D. João II ao Papa Inocêncio VIII.

Nesse mesmo ano de 1485, chegava a Portugal Cataldo Parísio Sículo que, em numerosos trabalhos, publicados ao longo dos últimos trinta anos, mostrei ser o verdadeiro introdutor do Humanismo em Portugal. Graças aos dois livros de epístolas, dos quais o primeiro está datado de 21 de Fevereiro de 1500, e aos milhares de versos – hexâmetros e pentâmetros dactílicos – que publicou, e deixou manuscritos, pode ter-se uma ideia aproximada e justa da importância da sua acção na cultura portuguesa do tempo.

Quando Cataldo chegou, os problemas que D. João II teve de enfrentar com a nobreza, no começo do seu reinado, estavam resolvidos. Em 1483, fora executado o 3º duque de Bragança, D. Fernando. Em 1484, o 4º duque de Viseu, D. Diogo, era apunhalado. Em 1485, a autoridade do rei, que nunca havia sido realmente posta em dúvida, encontrava-se definitivamente assegurada. E começa então o período mais criador e feliz de um brilhante reinado, como mostrou a Doutora Manuela Mendonça, num livro importante sobre *D. João II*, publicado há pouco⁽⁵⁾.

(5) Manuela Mendonça, *D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade*

Cataldo vinha de Itália, farto de lutas entre cidades, fomentadas pelo próprio papa Sisto IV, de quem um epigrama do humanista Miguel Marullo, escrito em 1484, comentava: "Compreendendo que a Itália ficava em paz, graças a um tratado, / Sisto disse: Estou perdido! E morreu."⁽⁶⁾

Em contraste com esses duelos mesquinhos entre irmãos, Cataldo via outra grandeza, na guerra de África dos reis de Portugal e escrevia numa carta a D. João II:

"Na verdade, quer se tome em consideração a grandeza da vossa alma, que nunca vos abandonou nas ocasiões mais importantes da vida, quer se considerem a temperança, sentido do dever e a religião, não sereis comparado aos maiores reis e aos antigos césores, mas preferido a eles. Vós que tanto outrora, menino ainda, em casa de vosso pai, como agora na juventude, não praticastes senão tudo quanto é mais justo. E não iniciais guerras injustas, ao contrário da maioria dos reis, mas só levais a efeito as que são santas e justas e muito gratas a Deus.

Deixem portanto de admirar-se alguns, se vemos o êxito coroar diariamente as vossas iniciativas."⁽⁷⁾

Noutra carta, enviada ao rei D. Manuel que, como é sabido, sucedeu a seu primo e cunhado D. João II, em 1495, Cataldo compara as expedições dos portugueses a África à viagem de Eneias ao longo dos portos e ilhas do Mediterrâneo, de Tróia para Itália. Esta carta foi escrita antes do descobrimento do caminho marítimo para a Índia e nela diz o humanista:

"Celebram Eneias que em vinte birremes veio da Frígia para a Itália. E porque não hão-de exaltar com louvores imorredouros os vossos antepassados que em quatrocentos navios e mais, com maior frequência, passaram contra os Muçulmanos em África, apesar de dois outros inimigos que se opunham, a saber, a distância e o mar, e sem que alguma vez príncipe cristão os auxiliasse?"⁽⁸⁾

No jogo de comparações do Renascimento, entre os homens dos séculos XV e XVI e as figuras da Antiguidade que eram seu paradigma, este pensamento de opor as grandes viagens dos portugueses aos feitos de gregos e romanos ocorrerá muitas vezes aos nossos escritores de Quinhentos. Mas o seu primeiro exemplo está em Cataldo. Aliás, acabará por cristalizar na nossa Literatura no paralelo inevitável entre

em Portugal. Lisboa, Editorial Estampa, 1991.

(6) A. Costa Ramalho, "Uma carta de Cataldo a D. João II", *Biblos* LXII, Coimbra, 1986, p. 297-304.

(7) *Ibidem*, p. 301.

(8) Cataldo Parisio Sículo, *Epistolae et Orationes (Epistole Cataldi)*. Edição fac-similada. Introdução de Américo da Costa Ramalho. Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 1988, fol. a 5.

o herói da *Eneida* e o navegador protagonista de *Os Lusíadas*.

Não gostaria de deter-me em Cataldo, mas o italiano é uma peça fundamental da história do nosso Humanismo. Lembrarei ainda dois ou três exemplos da sua relação com as navegações e o Ultramar.

Quando no domingo, 28 de Novembro de 1490, saudou em Évora, à entrada da porta de Avis, a princesa Isabel de Castela, que acabara de casar com o príncipe herdeiro D. Afonso, Cataldo elogiou, como lhe cumpria, os pais da recém-casada, Fernando e Isabel, os Reis Católicos, e os pais do marido, D. João II e D. Leonor. Entre outros méritos do rei de Portugal, mencionou o seguinte:

"É de tal modo investigador das coisas mais profundas, que recentemente quase alcançou a Índia, ultrapassando, com os seus navios, as plagas do Sul e, à custa de enormes despesas, descobriu lugares recônditos, nunca encontrados nos tempos dos Romanos, trazendo ao conhecimento da fé católica muitos homens de seitas erróneas."⁽⁹⁾

Em 1490, Cataldo, *orator* do Rei de Portugal, e certamente com a autorização deste, anunciava a abertura da rota das Índias aos navios portugueses, como um facto averiguado e seguro. Não o era em 1485, quando Vasco Fernandes de Lucena falou perante o papa Inocêncio VIII, mas em cinco anos muita coisa tinha mudado. Bartolomeu Dias regressara a Lisboa em Dezembro de 1488, com informações seguras, dois anos antes da chegada da princesa espanhola a Évora, e quatro anos antes da primeira viagem de Cristovão Colombo à sua Índia imaginária.

Afora variados poemas de menor extensão, ou epigramas, e do poema *Arcitínges* sobre a conquista de Arzila e Tânger em 1471, há uma elegia de Cataldo sobre Miguel Corte Real, em vinte e dois dísticos, que nos retrata o navegador nas suas funções de porteiro-mor do palácio da Alcáçova e o seu comportamento num ataque mal sucedido a uma praça marítima do Norte de África, em que o herói cobriu a retirada dos seus companheiros em fuga. Esse poema deve estar relacionado com a carta de Cataldo a Vasqu' Eanes Corte-Real, irmão de Miguel. Ocupi-me de ambos, poema e carta, num capítulo do meu livro *Estudos sobre o Século XVI*.

De grande interesse cultural é a carta que Cataldo escreve a Martim de Sousa, então em África, cerca de 1499, em que lhe pede informações para a crónica que está a escrever e acrescenta:

⁽⁹⁾ *Cataldo Parisio Sículo: Duas Orações*. Prólogo, tradução e notas de Maria Margarida B. Gomes da Silva. Introdução e revisão de Américo da Costa Ramalho. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (I.N.I.C.), 1974, p. 56-57.

"Há uma coisa que eu mais que todas admiro, a saber, que no meio do fragor das armas e das ciladas frequentíssimas dos inimigos te não desvias da preocupação das letras. Com efeito, é fama que chamaste de Sevilha, à tua custa, um professor que instruisse os rapazes que estão contigo nessas paragens. Deste modo, não menos defendes a comunidade com armas, do que a exornas com as artes liberais, e isto, em minha opinião, é a coisa mais digna de louvor que pode imaginar-se."⁽¹⁰⁾

Esta carta é o sinal de novos tempos. Esta e outras informações de Cataldo sobre os interesses culturais dos portugueses, nos finais do século XV, mostram-nos que é falsa, no seu exagero, a imagem destes combatentes de África ou do Oriente, como rudes e ignorantes barões medievais.

O professor vindo de Sevilha para ensinar latim aos jovens guerreiros podia perfeitamente ser um português. Em Sevilha, por essa altura, havia muitos⁽¹¹⁾.

Dez anos antes desta carta, em 1489, uma embaixada inglesa veio trazer a condecoração da Jarreteira a D. João II. O seu relatório, sobre que publiquei um artigo em 1962, com o título de "D. João II, a Jarreteira e o Padrão"⁽¹²⁾, deixa ver a prosperidade de Portugal, nos finais do século XV e confirma quanto Cataldo nos revela nas suas cartas e nos seus versos, do ambiente social e cultural do País, na época da introdução entre nós do Humanismo Renascentista.

À actividade cultural de Cataldo se liga também a recordação da primeira oração universitária que chegou até nós, a de D. Pedro de Meneses, 2º conde de Alcoutim, na Universidade de Lisboa, em 18 de Outubro de 1504. Versos e cartas de Cataldo não permitem qualquer dúvida sobre a colaboração do humanista nesta acção cultural de que foi executante um dos seus mais brilhantes alunos. O jovem conde, então com dezassete anos de idade, descreve em elegante latim, perante o rei D. Manuel e a corte que assistem à cerimónia, o ambiente de epopeia que se respira à sua volta:

"Não quero mencionar nenhum dos presentes, não vá acontecer que, pondo um diante de outro, desperte com isso más vontades. Tanto mais que vim perante esta audiência, não como historiador, mas como orador. Outros escreverão, e com muito maior extensão do que eu, libertos de sentimentos de patriotismo. Mas a verdade é que, nos feitos tanto da África como da Ásia, hão-de

(10) Livro citado na nota 8: fol. g 6 vº.

(11) Em tempos sugeri o nome de Estêvão Cavalciro. Cf. A. Costa Ramalho, *Para a História do Humanismo em Portugal I*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1988, p. 7-13.

(12) Américo da Costa Ramalho, *Estudos sobre a Época do Renascimento*, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 1969, p. 9-17.

encontrar não um mas vários Aquiles, Heitores, Epaminondas, vários Décios, vários Cipiões, Marcelos, Camilos (...) E se o nosso povo tivesse alguma vez possuído tais escritores como tiveram Roma e a Grécia, quando eram florescentes, ler-se-ia a respeito dele com não menor interesse e louvor do que a respeito desses que mencionei.”⁽¹³⁾

Nestas palavras está a revelação de um clima épico que a literatura em latim é a primeira a assinalar e a transmitir, e que se não destina apenas a consumo interno mas visa a Europa instruída do tempo. A *oratio* do Conde de Alcoutim foi publicada com o segundo livro da correspondência de Cataldo. É um discurso latino que pode agora ser lido na bela edição fac-similada das *Epistolae* do Sículo, que a Biblioteca da Universidade de Coimbra publicou em 1988.

Nas duas primeiras décadas do século XVI, multiplicam-se dentro e fora de Portugal os epigramas latinos em que se celebram pessoas e coisas da época dos Descobrimentos. O epigrama em sentido clássico é uma pequena composição em verso sobre qualquer assunto. Não tem necessariamente intenção irónica. E os humanistas empregam-no frequentemente com intuito laudatório.

Em Cataldo há muitos, e eles proliferam depois de Cataldo. Com o epigrama se celebram todas as novidades, todas as formas de que se reveste o exotismo tropical, asiático, africano e do Novo Continente. O navio, símbolo por excelência da época, assume dimensões metafóricas inauditas. Um epigrama, ainda de Cataldo, intitula-se "Ad Marchionem de miranda eius nauis", "Ao Marquês sobre o seu extraordinário navio"⁽¹⁴⁾. Lido, descobrimos que se trata de uma glorificação da Casa de Vila Real: o navio tem a proa em Roma, o mastro e as velas em África, e a popa com o leme em Lisboa, pois D. João de Noronha é embaixador na corte do Papa, D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim, é o governador de Ceuta, e seu pai, o marquês D. Fernando, preside à família em Lisboa.

Na casa de Vila Real, o herdeiro usava o apelido Meneses e seus irmãos o de Noronha. Mas nos ramos colaterais não existia esta distinção e eram indiferentemente Noronhas ou Meneses.

Ao lado do epigrama surge a ode, para exaltar os heróis da Expansão. Mas

(13) O texto latino pode ver-se no livro citado na nota 8: *Cataldi epistolarum et quarundam orationum secunda pars*, fol. E 2 vº. A *oratio* do Conde de Alcoutim foi traduzida pelo Dr. Miguel de Meneses e precedida de uma Introdução do Prof. A. Moreira de Sá, em que este confundiu o Conde com um outro D. Pedro de Meneses que estudava em Paris: *D. Pedro de Meneses: Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa*. Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1964.

(14) *Cataldi Visionum libri*, fol. H 6.

deixemos a poesia.

Nos anos trinta, os portugueses no estrangeiro empenham-se em comunicar à Europa, em latim, o que se passa na Ásia. Em 1531, André de Resende publica em Lovaina o *Resumo dos feitos praticados na Índia pelos portugueses no ano anterior, segundo o modelo da carta que Nuno Cunha, designado governador-geral da Índia, enviou ao Rei, da cidade de Cananor, a 13 de Outubro de 1530: Epitome Rerum Gestarum in India a Lusitanis, anno superiori, iuxta exemplum epistolae quam Nonnius Cugna, dux Indiae max. designatus, ad regem misit, ex urbe Cananorio III. Idus Octobris. Anno MDXXX.*

Em 1539, igualmente em Lovaina, Damião de Góis publicou os *Commentarii Rerum Gestarum in India citra Gangem a Lusitanis, anno 1538*, ou seja, a *Crónica dos feitos dos Portugueses na Índia, aquém do Ganges, no ano de 1538*. E em 1544, juntava-lhe os *Aliquot Opuscula* sobre temas variados de África e de Ásia, e até da Europa, dos quais nos vai falar certamente o Professor Amadeu Torres.

E cinco anos depois, em 1549, ainda em Lovaina, o *De Bello Cambaico Vltimo Commentarii tres: Os três livros sobre a última guerra de Cambaia*.

No ano anterior, em Coimbra, publicara Diogo de Teive o *Commentarius de Rebus a Lusitanis apud Dium gestis anno Salutis Nostrae MDXLVI* ou seja a *Crónica dos feitos praticados na Índia, em Diu, pelos Portugueses no Ano de Cristo de 1546*, uma monografia sobre o 2º cerco de Diu, ainda não traduzida para portugueses. Em 1973, apareceu a tradução dos professores americanos W. Goertz e L. Bianchini, publicada em Lisboa por R. B. Rosenthal, mas em inglês.

A edição príncipe do livro de Teive era precedida de um *testimonium*, sob a forma de epigrama laudatório, em que simultâneamente eram elogiados os méritos de D. João III, dos Portugueses e de Diogo de Teive, o autor. Esse epigrama fora escrito por um colega de Teive no Colégio das Artes de Coimbra, o escocês George Buchanan, que os ventos da fama proclamavam como o príncipe dos poetas latinos do seu tempo. Esse epigrama laudatório foi suprimido nesta tradução inglesa. Traduzi-o no meu livro *Latim Renascentista em Portugal*. Em compensação, um outro epigrama, contra D. João III e os Portugueses, escrito mais tarde, depois da prisão de Buchanan em Lisboa, às ordens da Inquisição, esse epigrama, irónico e maldoso, é constantemente reeditado. Também dele dei uma versão literal em prosa, no mesmo livro.

Em 1571, saiu em Lisboa o *De Rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae Inuicissimi Virtute et Auspicio Gestis Libri Duodecim*, obra cujo saboroso título humanístico poucas vezes é traduzido integralmente: *Os doze livros dos feitos praticados*

pelo valor e sob os auspícios do Invictíssimo Rei de Portugal, D. Manuel. A exaltação do soberano, como símbolo do País, sobrepõe-se à menção dos súbditos que são eliminados do título. O livro é conhecido geralmente por *De Rebus Emmanuelis Gestis*.

Com a reputação de grande latino, do seu autor, verdadeiro artista do estilo elegante e simples, de ritmo ciceroniano, este livro de D. Jerónimo Osório conheceu larga repercussão na Europa e fez lembrado o nome de Portugal, quando o País se encontrava no ocaso e prestes a sofrer a ocupação espanhola.

Não apenas o original se tornou um “best-seller” da época, mas as traduções em línguas modernas sucederam-se: em francês, inglês, alemão, holandês e português⁽¹⁵⁾. Até em português, coisa rara, pois a maioria dos textos atrás mencionados nunca foi traduzida para a nossa língua. Estamos a traduzi-los agora, em teses de mestrado.

Um dos leitores e admiradores de D. Jerónimo Osório foi Michel de Montaigne que no vol. I dos *Essais* ⁽¹⁶⁾, publicado em 1580, escreve a respeito do humanista português, o “bispo Osório, o melhor historiador latino da nossa época”.

Tive a ocasião de verificar que num acontecimento da história ultramarina portuguesa em que Michel de Montaigne não cita a fonte, esta é D. Jerónimo Osório. Refiro-me à sua descrição do naufrágio da “Frol de la Mar”⁽¹⁷⁾, a nau de Afonso de Albuquerque, que, em 1512, se afundou nas costas de uma das ilhas da actual Indonésia.

O pai de D. Jerónimo Osório foi juiz no Oriente e esta circunstância mais deve ter contribuído para o seu interesse pelos acontecimentos na Índia e para lá da Índia, sem esquecer a África, mais perto do continente europeu. Nos tratados filosóficos, os acontecimentos do Ultramar, com a apreciação dos costumes dos povos, observados pelos portugueses, são referência frequente.

Num trecho do *De Gloria*, que traduzi em *Latim Renascentista em Portugal*, Osório faz o elogio do culto da justiça na China. Neste tratado, impresso em Coimbra, em 1549, quando Osório aqui ensinava na Universidade, a China aparece quase

(15) Francisco Leite de Faria, “As muitas edições de obras de Dom Jerónimo Osório”, *Revista da Biblioteca Nacional*, vol. 1, nº 1, Lisboa, 1981, p. 116-135.

(16) “... l'evêque Osorius, le meilleur historien latin de nos siècles”: Montaigne, *Essais*. Texte établi ... par Albert Thibaudet, Bibliothèque de la Pléiade, Paris, 1953, Livre I, chapitre XIV, p. 73.

(17) A. Costa Ramalho, “Montaigne e o naufrágio de Albuquerque”, *Diário de Coimbra*, 15. vi. 1988, 2ª página.

como uma utopia, no respeito intransigente pelo mérito dos cidadãos, promovidos só pela sua competência pessoal, sem intervenção de considerações de nobreza, e de protecção de influentes. Um país onde, ao contrário do Portugal de D. João III, a “cunha” – ou “aderência”, como então se lhe chamava – não entra na engrenagem do Estado. O vício lusitano não é referido mas sente-se que quase tudo quanto Osório diz sobre a justiça na China sugere, por contraste, o que se passava em Portugal.

O Doutor João Manuel Torrão que fez a edição crítica do tratado *De Gloria*, como tese de doutoramento, tem certamente mais alguma coisa a dizer-nos a este respeito, na sua comunicação ao nosso congresso.

No *De Regis Institutione et Disciplina*, que a Doutora Nair Soares tratou especialmente na sua tese doutoral “Sobre a Educação do Príncipe”, entre muitas outras informações interessantes, colhidas no fluir da vida sua contemporânea, de que D. Jerónimo Osório era observador atento, encontrei uma descrição dramática do cerco de Mazagão, em 1562. É, certamente contra as intenções do filósofo e moralista Osório, um quadro dramático dos que, destroçadas as forças dos Mouros, regressavam vitoriosos a Portugal:

“Os portugueses defenderam a cidade, com enorme destroço dos inimigos e notável ignomínia do próprio rei (atacante)! Para não falar dos que aí caíram para sempre, lutando com valentia, vemos uns com as pernas fracturadas, que caminham com dificuldade, apoiados em muletas; outros com as mãos decepadas; noutros ainda as cicatrizes do rosto; a maior parte, deformados por queimaduras.”⁽¹⁸⁾

Ao elogiar os prodígios da vontade humana, capaz de abafar a dor física, o moralista dá-nos um quadro desolador do espectáculo que ele via com os seus olhos, pelas ruas de Lisboa: os heróis de Mazagão, e certamente de outros lugares, que percorriam estropiados, e possivelmente a pedir esmola, as ruas da capital.

Os tratados de D. Jerónimo Osório, cuja leitura não é de modo algum enfaçonada, estão a precisar de tradução portuguesa para serem reintegrados na cultura do país do seu autor. Neste momento, o Doutor Sebastião de Pinho prepara a publicação do epistolário do humanista, nomeadamente, as suas cartas latinas.

É costume dizer-se que o Humanismo propriamente dito, o Humanismo à escala da Europa, acabou em Portugal, com a prisão dos três professores do Colégio das Artes, Buchanan, João da Costa e Diogo de Teive, pela Inquisição, em 1550, e

(18) Romae, Ex Bibliotheca Georgii Ferrarii, 1592, p. 549.

com a entrega do Colégio das Artes à Companhia de Jesus, cinco anos mais tarde. Isto equivale a afirmar que o Humanismo e o Catolicismo são inconciliáveis. Tal não é verdade.

Os professores do Colégio das Artes que foram presos não eram ateus. Podiam ter opiniões críticas a respeito do Catolicismo tradicional, mais ou menos tingidas do espírito de Erasmo, mas não eram ateus. O próprio Erasmo nunca abandonou a Igreja Católica e só não foi cardeal, porque recusou a oferta do barrete cardinalício que lhe fez o papa Paulo III. É verdade que um deles, George Buchanan, uma vez saído de Portugal se bandeou com os protestantes do seu país. Mas não deixou, por isso, de ser cristão.

No aspecto formal, o latim que muitos padres renascentistas, e não apenas os Jesuítas, escrevem, é latim humanístico do mais alto nível. Não conheço nada mais ciceroniano, do que o latim de Frei Francisco Foreiro, da Ordem de S. Domingos, no prefácio do Index Expurgatório de 1564.

Vem isto a propósito dos textos latinos que nos deixaram os humanistas da Companhia de Jesus e os seus discípulos.

O primeiro contacto que tive com o latim dos jesuítas deu-se quando, nos dois últimos anos de estudante da Faculdade de Letras, um professor conseguiu dinheiro do Fundo Sá Pinto, da Universidade de Coimbra, para certo catálogo de manuscritos que devia ser feito por um colega e por mim. Infelizmente, o colega, por motivos da sua vida particular, nada pôde fazer, e o livro, desde a primeira linha do prefácio à última linha do texto, foi única e exclusivamente produto do meu trabalho. Todavia, o professor referido decidiu que o livro saísse como obra de dois autores. E assim aconteceu.

Mas voltando a esse *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra, relativos à Antiguidade Clássica*, publicado em 1945. Já nessa altura teria sido meu desejo desenvolver a parte humanística, quando cheguei à conclusão de que manuscritos da Antiguidade Clássica, ou relativos a obras de autores gregos e latinos, não existiam na Biblioteca da Universidade, onde a quase totalidade dos manuscritos não é mais antiga que o século XVI. Mas tive de conformar-me com as instruções recebidas. Em qualquer caso, as miscelâneas humanísticas dos Jesuítas foram devidamente assinaladas, e é a partir deste *Catálogo* que o Prof. Paul Oskar Kristeller, ainda há pouco, mencionou repetidamente a Universidade de Coimbra, ou melhor, a sua Biblioteca, no grande inventário dos manuscritos latinos de todo o mundo, intitulado *Iter Italicum*. Sinto, porém, que uma nova edição do catálogo de

1945, e em novos moldes, tem de ser publicada.

Todavia, não é de manuscritos que pretendo aqui falar, mas do interesse para a História da Expansão Ultramarina, das Descobertas Marítimas e da Colonização, de muitas das obras impressas, publicadas em latim, por membros da Companhia de Jesus. Tal como na primeira parte desta conferência, serei breve, mencionando apenas dois livros mais importantes. E dedicarei alguma atenção ao Brasil.

Muitas das cartas dos Jesuítas, sobretudo as que se destinavam a maior expansão na Comunidade, para serem lidas nos diferentes países onde a Companhia se estabelecera, são escritas em latim. São particularmente notáveis sobre os costumes dos índios e as plantas e animais do Brasil, as do Pe. José de Anchieta, hoje traduzidas pelo Pe. Serafim Leite, da Companhia de Jesus.

Anchieta, que estudara no Colégio das Artes de Coimbra, era um excelente prosador latino e, como poeta, verdadeiramente excepcional. Em tempos em que compor em latim, prosa ou verso, era um exercício escolar, nem todos os que escreviam versos latinos eram necessariamente poetas. Mas Anchieta faz jus aos seus mestres, um dos quais foi Diogo de Teive, e à sua vocação nata de homem de letras, inclinado à poesia. Referirei aqui, apenas, aquele que é, em minha opinião, o seu melhor poema, a saber, o *De Gestis Mendi de Saa* sobre os três primeiros anos de governação de Mem de Sá no Brasil, entre 1558 e 1561.

A história da edição é plena de peripécias que contei brevemente numa recensão crítica saída em 1987, em *Colóquio/Letras* ⁽¹⁹⁾. Bastará dizer aqui que a primeira edição moderna foi publicada em 1958, no Brasil, pelo P^{re} José Zabala, S.J., na ignorância de que existia uma edição anónima de 1563, impressa em Coimbra.

Essa edição de 1958 ignorou o facto essencial de que a de 1563, se encontrava registada já, havia mais de trinta anos, na *Bibliografia das Obras Impressas em Portugal no Século XVI*, de António Joaquim Anselmo.

O confronto do manuscrito sobre que foi elaborada a edição de 1958, com o texto impresso em 1563, proporcionou as edições mais perfeitas de 1970 e de 1986 (foi esta que recensei em *Colóquio/Letras*), da responsabilidade do Pe. Armando Cardoso que foi também o seu tradutor para português, desde a 1^a edição moderna, de 1958. A descoberta da edição de 1563 permitiu corrigir algumas das conjecturas menos felizes do Pe. Zabala, em pontos onde o texto do manuscrito era ilegível ou pouco satisfatório. E ajudou a acabar com o juízo de leitores superficiais, sem co-

(19) Número 97, Maio-Junho de 1987, p. 134-135.

nhecimentos suficientes de latim, para quem o texto do poema *De Gestis Mendì de Saa* não passava de uma invenção do Pe. Zabala.

Mem de Sá, o grande governador-geral do Brasil, era formado em Direito Canónico pela Universidade de Salamanca e irmão mais novo do Doutor Francisco de Sá, isto é, do poeta Francisco de Sá de Miranda.

Na recensão acabada de referir, escrevi: «(No poema) Mem de Sá é louvado pelas suas qualidades de militar, de administrador, de homem justo e cristão. Neste último aspecto, é continuamente posta em relevo a sua adesão aos princípios e métodos defendidos pela Companhia de Jesus na evangelização do Brasil, a tal ponto que o poema não pode ser senão obra de um dos *apóstolos*. Talvez por isso mesmo, porque tanto como o governador-geral é exaltada a Companhia de Jesus, o *De Gestis* ficou anónimo, para evitar a acusação de louvor em boca própria.

O Rev. Pe. Armando Cardoso, com acribia de *scholar*, assinala o número impressionante de coincidências vocabulares, métricas, estilísticas e ideológicas com o outro *magnum opus* anchietano, o *Poema da Bem-Aventurada Virgem Maria, Mãe de Deus (De Beata Virgine Dei Matre Maria)*. E sublinha que desde o século XVII Anchieta aparece como autor de ambos.»

Acrescentarei uma outra razão que, em meu entender, pode explicar o silêncio em que caiu o *De Gestis Mendì de Saa*, impresso certamente em poucos exemplares, e saído em Coimbra cinco anos depois da morte de Sá de Miranda. Com efeito, o grande poeta quinhentista faleceu em 1558, quando se iniciava no Brasil a brilhante carreira do terceiro governador-geral que não pôde, assim, beneficiar do círculo de amizades literárias de seu irmão, o poeta consagrado.

Gostaria agora de passar a um livro em prosa, apadrinhado pela Companhia de Jesus, mas pertencente a um género literário que poderá chamar-se de Literatura de Viagens. Trata-se de uma obra impressa em Macau, em 1590, com o título seguinte: *De Missione Legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam, Rebusque in Europa, ac toto itinere animaduersis Dialogus*, ou em português, *Diálogo sobre a Missão dos Embaixadores Japoneses à Curia Romana e sobre as coisas observadas na Europa e em toda a viagem*. E o título, um longo título à maneira do final do século XVI, acrescenta em latim que traduzo, *coligido das notas diárias dos próprios embaixadores e vertido para a língua latina por Duarte de Sande, sacerdote da Companhia de Jesus*. Ao centro, uma gravura de índole religiosa; e no fundo da página: *No porto de Macau do reino da China, na Casa da Companhia de Jesus, com a autorização do Ordinário e dos Superiores, no ano de 1590*.

É um dos livros de viagens mais extraordinários que conheço para o século XVI, e decerto um dos que descrevem uma das mais longas viagens então feitas, por mar e por terra.

Quatro japoneses da mais alta hierarquia, convertidos ao Cristianismo pelos Jesuítas, vêm como embaixadores a Roma prestar obediência ao papa Gregório XIII, em nome do rei de Bungo e dos príncipes de Arima e Omura. Eram rapazes de cerca de treze a catorze anos quando partiram, e o mais importante Mâncio, seguido de Miguel, pois ambos eram de sangue real. Vinham ainda outros dois, Martinho e Julião, igualmente da mais alta aristocracia. Os nomes eram cristãos, recebidos com o baptismo, e certamente portugueses, pois tinham sido jesuítas oriundos de Portugal, quem os baptizara. Aliás, em documentos oficiais, o chefe da missão usa os dois nomes, o japonês e o cristão: Ito D. Mâncio. O último é certamente o nome de *Mancius*, o São Manços da tradição eborense. Os embaixadores vinham acompanhados de dois jesuítas portugueses, o padre Nuno Rodrigues, como aio, e o padre Diogo Mesquita, como intérprete.

Inicialmente, devia acompanhar os viajantes o padre Alessandro Valignano, Visitador da Companhia de Jesus para o Oriente, que chegou a partir com os embaixadores japoneses, de Macau. Mas em Goa aguardava o Visitador uma carta do Geral da Companhia, seu superior hierárquico, o italiano Claudio Acquaviva, carta em que lhe era mandado que continuasse nas suas funções no Oriente. Deste modo, acompanhou os legados o Reitor do Colégio de Goa, o português Pe. Nuno Rodrigues.

De Goa dirigiram-se a Cochim onde os navios faziam o carregamento na viagem para Portugal. Partiram de Cochim, em 21 de Fevereiro de 1584, dois anos, quase dia por dia, depois de terem deixado o Japão, sua pátria. Passaram o Cabo da Boa Esperança, com bom tempo, a 10 de Maio de 1584. Ancoraram na Ilha de Santa Helena em 27 de Maio, onde descansaram alguns dias, fizeram aguada e renovaram as provisões. E chegaram a Lisboa, a 8 de Agosto do mesmo ano, tendo gasto no trajecto da Índia para Portugal menos de seis meses, que era o tempo costumado.

A viagem de Cochim para Lisboa foi relativamente feliz, tanto mais que a outros navios, que partiram ao mesmo tempo, as coisas não correram tão bem. Num tempestade em que se viram envolvidos, as ondas varreram o castelo da popa de outra nau e levaram consigo uma das varandas juntamente com o comandante do navio e um seu filho. Os rapazes japoneses ouviram os gritos angustiosos dos dois náufragos que pediam que lhes lançassem cordas e os não abandonassem. Mas não houve nada a fazer, lá ficou sepultado no mar aquele que alguns momentos antes era

o senhor supremo do seu navio, o *nauarchus*, no latim do Pe. Sande.

A própria nau em que os japoneses iam agora, e era um dos mais poderosos e mais bem construídos barcos da carreira da Índia, a nau Santiago, acabaria também tragicamente no ano seguinte, em 1585, ao regressar à Índia. O padre Sande conta o seu naufrágio. Felizmente, os japoneses viajavam nessa altura pela Europa.

Da travessia de Portugal, já falei numa conferência anterior, em Lisboa. Da permanência em Roma, onde foram recebidos carinhosamente por Gregório XIII, a quem prestaram obediência em nome dos seus soberanos, e pelo sucessor, o papa Sisto V, a quem renovaram a mesma obediência, tratei numa conferência feita em Itália, na celebração do quarto centenário da morte de Sisto V, que ocupou cinco anos o sólio pontifício entre 1585 e 1590⁽²⁰⁾.

Foi o caso que, quando os embaixadores ainda se encontravam em Roma, faleceu Gregório XIII, e os jovens legados assistiram aos funerais do Papa e tomaram parte, em lugar de honra, nas cerimónias de entronização do papa Sisto V que, entretanto, fora eleito. O livro do Pe. Sande descreve pormenorizadamente estes acontecimentos.

Na passagem por Madrid onde saudaram Filipe II de Espanha, o soberano dos dois reinos da Península Ibérica tratou os nobres japoneses como príncipes de sangue, de igual para igual. Esta consideração do monarca espanhol, então o mais poderoso da Europa, conferiu-lhes um estatuto político e social que ninguém se atreveu a diminuir. E essa posição de cume, na pirâmide aristocrática, foi respeitada e confirmada pelos papas, mesmo pelo rude Sisto V, que os tratou como filhos dilectos da Igreja, e pelos príncipes e pelas cidades. Para mais, algumas como Veneza e Milão, estavam interessadas em aproveitar a oportunidade para revelar aos nipónicos a sua força industrial e económica, com vista a relações futuras.

Veneza que desde a descoberta da rota das especiarias, por mar, no final do século XV, sempre procedeu com duplicidade⁽²¹⁾ em relação aos portugueses, queria aproveitar a ocasião para melhorar o seu comércio com o mundo oriental. Com efeito, Veneza, logo nos primeiros anos do século XVI, enquanto na Europa pedia o auxílio de Portugal contra os turcos, no Oriente ajudava sorrateiramente os turcos contra Portugal. Agora, que os portugueses estavam sob o domínio castelhano, enviara,

(20) Publicada em *Biblos* LXV, Coimbra, 1989, com o título de "Sisto V e l'Ambasciata Giapponese (1585)".

(21) Cf. A. Costa Ramalho, "Veneza elogia D. Manuel, rei de Portugal", *Boletim de Estudos Clássicos*, 16, Dezembro de 1991, p. 51-53.

há pouco, uma embaixada a Filipe de Espanha, a felicitá-lo pela conquista de Portugal, como num trabalho recente lembrou Cadafaz de Matos⁽²²⁾.

Os japoneses foram recebidos em Veneza com todas as honras e com a mobilização da cidade, que veio em massa para a rua, assistir à grande procissão pela praça de São Marcos, cortejo cívico e religioso em que todas as riquezas da cidade, mesmo as que estavam guardadas em cofres protegidos, foram exibidas em público, montadas sobre sucessivos palanques e carros, num deslumbramento de cristais, ouro, jóias e pedras preciosas, em cerca de 300 mostruários de obras de arte. Para lisonjear os hóspedes, o último carro apresentava uma reconstituição da cerimónia de obediência ao Papa, com os japoneses representados ao vivo.

A procissão levou horas a desfilar e os jovens nipónicos assistiram, do lugar mais honroso, a este desfile de milhares de homens de ordens religiosas, corporações, confrarias variadas, numa exibição do poderio da cidade.

O *doge* Nicolò da Ponte, apesar dos seus noventa e cinco anos, presidiu à procissão, colocando os embaixadores, dois de cada lado. E nos dias seguintes, houve a visita minuciosa ao Arsenal, palavra, aliás, de origem veneziana, onde foi revelado aos japoneses o poder naval de Veneza. Aí os navios – acrescenta, talvez intencionalmente, o Pe. Sande – não estão ao ar livre, mas a coberto das injúrias do tempo. Podem ver-se, em certas ocasiões, entre 150 e 200 navios, em construção, reparação, ou simplesmente guardados. Muitos deles estão prontos para partir ao primeiro sinal, com todos os seus aprestos colocados ali perto. *Nullibi expeditio similis!* – exclama o narrador que informa ainda acerca da actividade do Arsenal, onde trabalham continuamente mil e seiscentos operários.

Nos dez dias de permanência em Veneza, os embaixadores tiveram ainda ocasião de visitar a ilha de Murano onde se fabricava o vidro comum e sobretudo o cristal.

O narrador lembra que os japoneses não conhecem o vidro, cujas propriedades descreve, decerto para os leitores do livro do Pe. Sande no Japão.

A este propósito lembrarei que a palavra “copo” em japonês – *kôpû* – é de origem portuguesa. Aqui há anos, em Nova Iorque, contava-me, rindo, um professor americano, especialista de japonês, que, numa revista de Tóquio, que acabava de ler, se lamentava que os nipónicos estivessem usando cada vez mais, por influência ame-

(22) Manuel Cadafaz de Matos, *Veneza felicitá Filipe II pela anexação de Portugal*. Lisboa, Edições Távola Redonda, 1989.

ricana, o inglês *glass* (pronunciado *grass*), abandonando a palavra vernácula ... *copo*.

Mas voltando a Veneza. Miguel, que está no uso da palavra, conta que o vidro e o cristal podem ser valorizados com a adição de ornamentos em ouro, como pode ver-se em alguns dos mais de 500 objectos que os venezianos ofereceram à Embaixada e que foram transportados em grandes caixas. Objectos como esses, alguns de grande beleza, verdadeiras obras de arte, costumam os patrícios venezianos mostrá-los em suas casas, guardados em armários especiais. Também refere o uso mais comum do vidros nas janelas, onde deixa passar a luz mas impede a entrada do calor e do frio – novidades para japoneses ver e aprender. Com efeito, este era um dos objectivos da missão: convencer os japoneses, muito orgulhosos do seu estilo de vida, e pouco permeáveis à doutrinação cristã, de que o nível da civilização europeia era mais elevado que o deles e os europeus mais ricos e superiores aos japoneses, não apenas moralmente, mas também economicamente.

A propósito dos presentes que os príncipes europeus fizeram constantemente aos quatro nobres japoneses, para eles próprios e para os seus soberanos, lê-se mais de uma vez o comentário do narrador, de que, ao fazerem estas ofertas a estrangeiros que não mais voltarão a ver, portanto ofertas desinteressadas, os europeus mostram que na Europa são os príncipes quem domina as riquezas e não as riquezas aos príncipes.

De Veneza, os japoneses levaram ainda como presente oito espelhos preciosos em cristal, quatro com molduras de ébano e quatro com molduras douradas. E numerosas peças de tecidos caros, de lã, de damasco, de seda lisa, de seda ondulada e de fio de ouro.

Do percurso italiano, que é descrito animadamente, gostaria de referir só a passagem por mais uma cidade, Milão, onde a entrada foi feita, depois que a Embaixada se deteve mais um dia em Lodi, para que os preparativos pudessem ser concluídos pelos milaneses. A cidade era então porção do rei de Espanha, que nela tinha um governador, o Duque de Terra Nova.

A expectativa da entrada dos japoneses em Milão era tal, que as janelas situadas no percurso do cortejo foram alugadas por cinco e seis moedas de ouro cada uma. Entram finalmente na cidade em dia de Santiago, acompanhados em lugar de honra pelo Duque de Terra Nova, pelo Marquês de Avalos, por magistrados e senadores, numa brilhante cavalgada de 500 magnates.

Os comerciantes tinham recebido ordens de expor as suas mercadorias, mesmo as mais preciosas, à passagem do cortejo, e os embaixadores ficaram confundidos e

impressionados com a riqueza de Milão. Tudo na cidade os encantou: a beleza da paisagem e da região, cheia de lagos e de rios, a catedral, a biblioteca, e a fortaleza, considerada a mais poderosa de Itália. Esta descrição do forte milanês sugere-me uma reminiscência melancólica.

Sessenta e quatro anos depois, em 3 de Setembro de 1649, morria prisioneiro nessa fortaleza o irmão de D. João IV, vítima da Restauração em Portugal. Combatia na guerra dos trinta anos, como general das tropas do imperador Fernando, casado com a irmã de Filipe IV de Espanha. Preso, para que não regressasse a Portugal, acabou por ser transferido para Milão onde morreu. É o herói de uma tragédia latina – *Eduardus* – de Diogo Paiva de Andrade, o sobrinho do teólogo. O mais surpreendente é que nessa tragédia se diz que os espanhóis ofereceram a liberdade do Infante D. Duarte, em troca da posse de Angola. A tragédia – a única peça de teatro latino de que hoje falei – encontra-se traduzida por José Nuno Pereira Pinto, de quem a *Eduardus* foi a dissertação de licenciatura⁽²³⁾.

Dei uma importância especial ao *De Missione Legatorum Japonensium*, porque é um livro interessantíssimo do humanismo português, não obstante ser resultado da acção duma organização internacional, como a Companhia de Jesus.

Passsei em claro muitas obras de humanistas nossos, onde as Descobertas e a Expansão Ultramarina se reflectem: nos teólogos, como Frei Heitor Pinto; nos poetas, como o judeu errante Diogo Pires, cuja obra vem sendo estudada por Carlos Ascenso André⁽²⁴⁾, ou D. Miguel da Silva, o cardeal poeta, exemplarmente biografado por Sylvie Deswarte⁽²⁵⁾; nos naturalistas, como Garcia d' Orta, embora aqui a versão latina, aquela que deu a volta ao mundo, seja de Clusius; nos médicos, como João Rodrigues de Castelo Branco, o Amato Lusitano, sobre quem acaba de sair um livro do Prof. Mario Santoro⁽²⁶⁾. E tantos outros que seria impossível referir numa conferência.

Foi a Literatura Humanística que, no século XVI, revelou ao Mundo o papel de Portugal nos Descobrimentos Marítimos e na Expansão Europeia. Recordando a

(23) Diogo Paiva de Andrade, *A tragédia D. Duarte (Eduardus)*. Introdução, tradução e notas de José Nuno Pereira Pinto. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

(24) Nomeadamente, na sua tese de doutoramento, intitulada *Mal de Ausência: o canto do exílio na lírica novilatina portuguesa do Século XVI*. Faculdade de Letras, Coimbra, 1990.

(25) *Il Perfetto Cortigiano' D. Miguel da Silva*. Roma, Bulzoni Editore, 1989. Recensão crítica de A. Costa Ramalho em *Humanitas* XLI-XLII, Coimbra, 1989-1990, p. 259-260.

(26) *Amato Lusitano ed Ancona*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos (I.N.I.C.), 1990.

Literatura em Latim, neste Congresso, cumprimos um dever de gratidão para com os escritores do passado e acentuamos um aspecto importante, mas esquecido, da Cultura Portuguesa.